



## USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Agência Senado

Data: 25/05/2012

Link: <http://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Projetos para suprir vetos ao Código

## Projetos para suprir vetos ao código

### MEIO AMBIENTE

*Planalto enviará propostas ao Congresso com o intuito de preencher as brechas abertas pela lei florestal. Texto final será anunciado hoje*

### JULIANA BRAGA

A presidente Dilma Rousseff anuncia hoje, às 14h, a extensão do veto parcial ao Código Florestal. Conforme sinalizado pelo Planalto, ela aproveitou o prazo que tinha para se manifestar e debateu com ministros, técnicos e especialistas durante toda a semana qual seria a saída mais viável. Somente ontem, sete horas de reuniões foram necessárias para fechar o texto final. O governo também já encaminhará medidas provisórias e projetos de lei para suprir brechas abertas pelos vetos. Esse espaço será preenchido por medidas provisórias ou projetos de lei, que precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional. Já para organizar a base do governo no Congresso, os líderes na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e no Congresso, José Pimentel (PT-CE), foram convocados para uma reunião com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, na noite de ontem. Eles terão a missão de viabilizar a aprovação das medidas que serão encaminhadas aos parlamentares. Hoje, Dilma se reúne com os líderes e Ideli. De tarde, os vetos serão revelados. O governo já tem sinalizado que a presidente vetará apenas parte do texto. Na manhã de ontem, o vice-presidente Michel Temer respondeu “vetos parciais” ao ser questionado sobre o Código Florestal, saindo de uma reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele não soube dizer, entretanto, qual seria a extensão do veto ou quais artigos seriam derrubados. Na quarta-feira, foi a vez de Ideli afirmar que o veto seria parcial, e que o governo não está preocupado com a derrubada da decisão no Congresso Nacional. Segundo o Correio apurou, Dilma deve interferir fortemente, inclusive em pontos polêmicos do código, como a margem a ser recomposta na beira de rios. A presidente tem se dedicado pessoalmente ao assunto e fez questão de se inteirar de todas as implicações técnicas, tanto ambientais quanto legais, do veto. A Advocacia-Geral da União (AGU) está responsável por estudar se os vetos não vão tirar a viabilidade do código e quais medidas serão usadas para preencher as lacunas deixadas pelos artigos rejeitados.

Dilma teve 15 dias úteis para analisar o texto que foi encaminhado pela Câmara dos Deputados ao Palácio do Planalto. Transcorrido esse prazo, ela tem 48 horas para comunicar ao presidente do Congresso a justificativa do veto. Como o prazo se extingue hoje, a decisão só precisa ser publicada no Diário Oficial de segunda-feira. Como a expectativa em torno do veto é grande, há a possibilidade de publicação do texto ainda hoje, em edição extra.

### Pressão popular

Enquanto Dilma se apressa para concluir o texto do veto, a sociedade civil continua pressionando para influenciar a decisão. Na manhã de ontem, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, recebeu da instituição Avaaz um abaixo assinado com dois milhões de assinaturas, sendo 300 mil de brasileiros e o restante de pessoas do mundo todo. Eles pedem o veto total da presidente. À tarde, manifestantes com um boneco da Dilma ficaram na Praça dos Três Poderes para pedir a derrubada total do texto. No início da noite, acenderam velas.

A presidente também tem sido pressionada para manter o documento como veio da Câmara dos Deputados. Na segunda-feira, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Meio Ambiente entregou uma carta, argumentando que descartar o texto seria ignorar todo o debate já feito pela sociedade.

## **A voz da ciência**

A comunidade científica, que reclamou não ter sido ouvida durante a discussão do Código na Câmara, foi consultada pelo Executivo para a construção do veto. Pesquisadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) foram convocados para tirar dúvidas técnicas e embasar o texto. “Nós subsidiamos o Executivo e conseguimos justificar nossos argumentos em pontos polêmicos. Se não forem aceitas (as sugestões), será por uma questão política, não técnica”, afirma o professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), Ricardo Rodrigues.

## **As polêmicas no texto**

*O governo manifestou que tem preferência pelo texto aprovado no Senado. As mudanças feitas na Câmara que provocaram mais polêmica foram:*

O texto prevê a recomposição de no mínimo 15 metros a partir da margem de rios de até 10 metros de largura. Para os maiores, não há obrigação de recompor o que já foi desmatado. A parte que tratava da exploração de áreas costeiras destinadas ao cultivo de camarão (apicuns) e produção de sal (salgados) foi excluída. Os ecossistemas também saíram da classificação de área de preservação permanente.

Também foi excluída a norma que proibia concessão de crédito rural a agricultores que, mesmo após cinco anos de publicação do Código, ainda estivessem em situação irregular.

As áreas de preservação permanente poderão ser computadas no cálculo das áreas de recomposição, regeneração ou compensação.